

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: OESP

Class.: Amazônia/ZEE

Data: 07/06/93

Pg.: 12 37

AMBIENTE

País completa retrato inédito da Amazônia

Mapas do Diagnóstico Ambiental para o Zoneamento Ecológico-Econômico deverão ser consultados antes de qualquer intervenção na região

MOISES RABINOVICH

Um retrato inédito da Amazônia será mostrado oficialmente no dia 22 aos governadores dos Estados da região reunidos em Belém pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Nele estão integradas pela primeira vez informações sobre solo, geologia, geomorfologia, clima, vegetação, fauna, ocupação humana, resultados de políticas governamentais do passado e da produção agropecuária, industrial e extrativista, dados do censo e uma análise de paisagens e de sistemas naturais. Foram dois anos de trabalho do IBGE para produzir 46 mapas. Só um deles, o Mapa de Uso da Terra, requereu a interpretação de 105 imagens de satélites. E todos evoluíram de centenas de cartas do Radam, das pesquisas de campo numa região de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, com uma população de 16,5 milhões de habitantes, e dos dados do último censo.

Por lei, nenhuma intervenção e ordenação territorial

poderão ser feitos na Amazônia sem consulta a este retrato — o Diagnóstico Ambiental para o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) — obrigatório aos nove estados amazônicos. Mesmo os bancos internacionais já estão exigindo o ZEE para concessão de empréstimos e investimentos.

Esta redescoberta da Amazônia "é um trabalho de chibês, uma coleta extraordinária de informações", diz o ministro da SAE, almirante de esquadra Mario Cesar Flores.

Visão diferenciada — "Este diagnóstico ambiental procurou fornecer uma visão diferenciada sobre a própria questão ambiental", explica o chefe do Departamento de Geografia do IBGE, Cesar Ajara. "Ele dá um conhecimento atualizado e articulado da realidade territorial, e rompe com a falácia naturalista e ecológica, por um lado, e econômica e social, por outro. Trata a questão ambiental de forma holística."

A região amazônica foi compartimentada em 103 unidades

de paisagem, diz o coordenador do ZEE no Departamento de Recursos Naturais do IBGE, Trento Natali de Figueiredo. "Nossa preocupação é entender como a natureza se encontra, como estão esses sistemas naturais, que são dinâmicos e como eles reagem à intervenção do homem. Só assim poderemos dar subsídios às políticas públicas de ocupação", avalia.

Os problemas ambientais flagrados no retrato da Amazônia foram examinados "a partir das políticas públicas gestadas nas décadas de 60 e 70, como os grandes pólos de agropecuária e agrominerais, os grandes projetos de colonização, a Transamazônica, o Polonoroeste, as colonizações privadas no Mato Grosso, as hidrelétricas e os projetos da Sudam", conta a coordenadora do ZEE no Departamento de Geografia do IBGE, Adma Hamam de Figueiredo. O retrato da Amazônia será ampliado para escalas de 1:1.000.000 (com detalhes da ordem de um quilômetro) e até 1:250.000 em três anos.

Luiz Paulo Lima/AE-25/6/92



Trabalho cuidadoso

Feldman: "O zoneamento tem que estar amarrado à certeza de que qualquer setor terá sustentabilidade"

Deputado sugere debater medidas

O primeiro retrato de corpo inteiro da Amazônia poderá ser retocado antes de inspirar um zoneamento ecológico-econômico em cada um dos nove estados amazônicos. "Não devemos ter pressa para evitar os erros cometidos no passado", recomenda o deputado Fábio Feldman (PSDB-SP). Ele quer expor o retrato com o diagnóstico ambiental da região ao debate nacional e internacional.

O que o deputado pretende é a certeza de que qualquer intervenção responda a uma questão fundamental: "será sustentável?". Ele estranha que a tarefa de definir as vocações na região tenha ficado com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). "Fica parecendo uma estratégia político-militar", diz.

"A Amazônia é um mosaico de florestas tropicais úmidas. O zoneamento, aqui, tem que estar amarrado à certeza de que qualquer atividade terá sustentabilidade. Mas não foi isso que ocorreu em Rondônia, Acre e no cerrado. Não tem sentido ocupar para destruir". Feldman lembra outro aspecto que considera muito importante: "A grande riqueza na Amazônia é a sua biodiversidade, o seu fantástico número de espécies vegetais e animais. A discussão da Lei de Patentes, no Congresso, prova como se tornou necessário conhecermos mais e mais esse patrimônio. A biodiversidade só existe enquanto existir a floresta. O maior investimento que o país deve fazer é no conhecimento", recomenda. O zoneamento ecológico-econômico deverá permitir a articulação dos órgãos nacionais, estaduais e municipais envolvidos. Espera-se dele uma definição das atividades de cada região: "Um programa pragmático", diz ele. (M.R.)

■ Leia mais sobre zoneamento da Amazônia na edição de amanhã

Zoneamento pode ser iniciado, diz especialista

O País "já tem uma visão global da Amazônia e pode começar o zoneamento em suas áreas prioritárias", diz o doutor em Ecologia e professor da USP Evaristo Eduardo de Miranda, também coordenador de pesquisas do Núcleo de Monitoramento Ambiental (NMA), da Embrapa, que ajuda no zoneamento de alguns Estados.

Mesmo que a visão global da Amazônia tenha que ser atualizada sempre já existem elementos para um zoneamento-já. O professor lembra o diagnóstico feito pelo IBGE, o projeto Radam nos anos 80, alguns trabalhos da Sudam e os levantamentos anuais de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O programa Nossa Natureza, do governo Sarney, previa que as áreas prioritárias da Amazônia deveriam ser zoneadas imediatamente, na escala de 1 por 250 mil e de 1:100 mil (que dão detalhes de 250 e 100 metros). As prioridades puderam ser definidas nos anos 80, com o projeto Radam.

Miranda conta como é muito difícil controlar o que acontece na Amazônia. "Por meio tradicional você acaba sabendo (de um problema) muito tarde e não chega na hora. Mas com satélites, não. Com satélites o Brasil é capaz, hoje, de planejar o uso de seu território. Os satélites ajudam a acompanhar e detectar os problemas, precocemente, e atingi-los rapidamente".

São muitas amazônias, diz. Então, é natural que o zoneamento cubra primeiro os problemas e as prioridades. "Cada região tem um tipo de situação. E, até por isso, as metodologias têm que ser adaptadas", diz. O NMA tem trabalhado em casos concretos de zoneamento. "Fizemos um trabalho importante que, por questão de recursos, não pôde ser finalizado (zoneamento do Tocantins). E fizemos um trabalho de zoneamento na escala de 1:250.000 em regiões de Rondônia." Foram testadas metodologias que podem servir para agilizar o zoneamento da Amazônia, melhorar sua qualidade e reduzir os custos.

"A Amazônia precisa muito mais do zoneamento de áreas prioritárias, áreas de grande conflito, hoje, do que de um zoneamento geral em escala genérica", afirma Miranda. Ele acha que duas estratégias devem ser usadas com este objetivo. "Uma estratégia,

que seria a de capacitar os Estados, até os municípios, as universidades, as ONGs. Em cada Estado variam os órgãos responsáveis pelo zoneamento. A realidade é que o Estado não faz zoneamento. São entidades dos Estados que o fazem. A Amazônia, uma região muito carente em recursos humanos e meios, tem que ser capacitada. A estratégia de deixar que os Estados façam o zoneamento me parece válida, uma estratégia para longo prazo — uma estratégia difusa, que poderá ter velocidades diferenciadas em cada Estado, e sofrer percalços ligados às políticas estaduais."

A segunda estratégia necessária, "e concomitante", deve ser federal. Miranda diz: "Existe uma escala federal porque há rios que atravessam vários Estados, problemas de mudanças climáticas que são quase de escala continental, planetária." Essa estratégia

deve ter dois elementos: "O acompanhamento da região, e o detalhamento de áreas críticas. A federação tem de entrar de forma supletiva quando o Estado não tiver condições."

O professor Miranda acrescenta: "O Estado brasileiro nunca abdicou, e espero que nunca abdique, de ter uma política global para a Amazônia. Mas há um nível de atuação que cabe à Presidência da República. "O Ministério da Agricultura pode imaginar uma estratégia de zoneamento para a Amazônia. Mas ele vai privilegiar a produção agrícola. Então, tem que haver um nível maior, ligado mesmo à Presidência. E nesse sentido, a SAE é o local adequado para se fazer isso de forma supraministerial. Esperamos que essa política aconteça mesmo."

Segundo Miranda, o NMA está "em processo de colaboração com os Estados do Maranhão e de Rondônia. Podemos dar uma contribuição nesse

processo de longo prazo. Temos um sistema operacional de mapeamento de área de queimadas, que se materializa por um mapa semanal de todas as queimadas que ocorrem na Amazônia, e esse é um instrumento de informação importante para os Estados. Também montamos um sistema de informação geográfica que pode produzir mapas sócio-econômicos por computador. Esse nosso sistema transforma em mapas variáveis econômicas como analfabetismo, pobreza, número de empregados na indústria. E essas variáveis sócio-econômicas podem ser visualizadas espacialmente, e assim integram de forma mais eficiente os zoneamentos. No caminho mais tradicional, costuma-se fazer mapas só da área ecológica, não mapas da área sócio-econômica". (M.R.)